GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DO TESOURO

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

DÉCIMA REVISÃO
ANO 2010

Brasília, maio de 2011.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DÉCIMA REVISÃO - ANO 2010

AGNELO QUEIROZ
Governador do Distrito Federal

VALDIR MOYSÉS SIMÃO
Secretário de Estado de Fazenda

PAULO SANTOS DE CARVALHO
Subsecretário do Tesouro

Elaboração

MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS
Diretora Geral de Dívidas, Avais e Haveres
CLÁUDIA AZEVEDO CÔRTES
Gerente da Dívida Pública e Ajuste Fiscal
FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS
Assessor

Colaboração Técnica da Equipe:
Subsecretaria da Receita/SEF

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 3

1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2010 4

2 - EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2010 8

2.1 - Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real 8

2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário 9

2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal 13

2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias 16

2.4.1 - Receitas de Origem Tributária 17

2.4.2 - Detalhamento das ações 18

2.4.3 - Receitas de Origem Não Tributária 26

2.5 - Meta nº 5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos 27

2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real 28

3 - PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2011 A 2013 31

CONCLUSÃO 37

IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES 38

INTRODUÇÃO

O presente relatório de execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal visa cumprir um dos compromissos firmados na Meta 5 do Programa firmado entre a União e o Governo do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 9.496/97 e Resolução do Senado Federal nº 68/99.

Os resultados alcançados pelo Governo do Distrito Federal – GDF no exercício de 2010 estão apresentados nos termos propostos pela décima revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF, firmado entre o GDF e a União. O relatório analisa a execução orçamentária e financeira do GDF, considerando-se todas as fontes de recursos orçamentárias, com base nos demonstrativos contábeis e financeiros consolidados que compõem o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e traz uma síntese geral do desempenho fiscal do Distrito Federal em relação às metas que foram estabelecidas no Programa para aquele ano, bem como em comparação a exercícios anteriores e apresenta as perspectivas fiscais para o período de 2011-2013.

1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2010

Em 2010, o resultado primário do Distrito Federal apresentou-se deficitário em R$ 111 milhões, valor superior à meta negativa de R$ 312 milhões prevista no Programa e ao déficit de R$ 576 milhões em 2009. Devido à crise política vivida em função da Operação Caixa de Pandora e a necessidade de assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas na execução orçamentária, o Governo do Distrito Federal contingenciou no último ano de gestão dotações orçamentárias de fontes de recursos do Tesouro no montante de R$ 710 milhões[1]. Os órgãos com maior volume contingenciado foram a Secretaria de Educação (R$ 150 milhões) e o Fundo de Saúde do Distrito Federal (R$ 160 milhões).

Ademais, no momento da elaboração da projeção anual das despesas para revisão do Programa, existia uma expectativa de gastos correntes no montante de R$ 4,7 bilhões. Entretanto, a contenção de despesas, no ano, resultou em uma frustração de R$ 481 milhões, em relação à meta, sendo esta a principal variável na redução do déficit primário projetado.

A tabela abaixo demonstra a evolução do resultado primário no último triênio:

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010
I - Receita Bruta	**10.017**	**9.845**	**10.703**
Receitas de Arrecadação Própria	7.511	7.014	7.819
ICMS	3.940	4.133	4.687
Outras	3.571	2.880	3.132
Receitas de Transferências	2.506	2.831	2.884
FPE	324	312	337
Outras	2.182	2.519	2.548
II- Despesa com Transf. a Municípios	**0**	**0**	**0**
III- Receita Líquida (I - II)	**10.017**	**9.845**	**10.703**
IV- Despesa não financeira	**9.873**	**10.420**	**10.814**
Pessoal	5.203	4.702	5.292
OCC	4.670	5.718	5.523
Investimentos	1.051	1.383	1.041
Inversões	126	121	120
Outras Despesas Correntes	3.364	4.096	4.179
Sentenças Judiciais	129	119	183
V - Resultado Primário (III - IV)	**145**	**(576)**	**(111)**

FONTE: SIGGO

[1] Edição da portaria nº 51, de 22/04/10, da então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DODF nº 77, de 23/04/10, página 13.

A receita bruta do Distrito Federal alcançou, em 2010, R$ 10,7 bilhões, apresentando acréscimo real de 2,98% em relação à do ano anterior, com base no IGP-DI, desconsideradas as receitas previdenciárias, conforme Tabela 1. Ressalte-se que a exclusão das receitas previdenciárias do Programa ocorreu a partir do exercício de 2009, por alteração metodológica em virtude da institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, comprometendo a comparação com o valor apurado em 2008.

Em 2010, a receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R$ 6,8 bilhões e crescimento real de 6,26% em comparação ao ano de 2009. Apresentou-se inferior à prevista em R$ 85 milhões em decorrência do saldo negativo dos impostos indiretos, a saber, o ICMS, o ISS e o Simples, como também das taxas. Entretanto o saldo dos impostos diretos foi positivo, uma vez que as realizações do IPVA, do ITBI e do ITCD acima da previsão superaram a mínima frustração do IPTU.

A receita realizada do ICMS alcançou R$ 4,5 bilhões, inferior em 87 milhões à prevista para 2010. O ISS arrecadou R$ 857 milhões em 2010, abaixo da prevista em R$ 702 mil. A receita realizada pelo Simples de R$ 193 milhões, excedeu a meta em R$ 5 milhões. O IPVA apresentou acréscimo de R$ 8 milhões em relação à meta projetada no Programa e a arrecadação do IPTU, em 2010, foi inferior à previsão em apenas R$ 691 mil.

Quanto às receitas de transferências, houve um aumento de R$ 53 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento, em termos reais, representou decréscimo de 3,5% devido à retração, em relação aos valores do exercício de 2009, nas transferências de convênios correntes (R$ 42 milhões) e de capital (R$ 210 milhões). A retração das transferências de capital refletiu no resultado das receitas de capital que obtiveram queda real de 33,86%.

As receitas de operações de crédito (R$ 292 milhões em 2010) não apresentaram variações significativas de um exercício para o outro. A receita de alienação de bens, no montante de R$ 67 milhões, foi composta principalmente pela alienação de lotes no Guará.

As despesas não financeiras, em 2010, superaram as do ano anterior em R$ 394 milhões, o que exprime, entretanto, uma retração real de 1,71%. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao acréscimo das despesas com pessoal e encargos em

R$ 589 milhões, bem como ao aumento de R$ 83 milhões em outras despesas correntes (decréscimo nominal de R$ 481 milhões em relação à meta prevista), e ainda à retração de R$ 341 milhões dos investimentos, em relação ao ano de 2009.

Mesmo com um aumento em relação ao exercício anterior, as despesas de pessoal se mantiveram inferiores ao limite previsto de 60% da Receita Corrente Líquida, tendo atingido 49,02% desta última, excluídas as despesas com inativos e pensionistas. Consta no cômputo das despesas o transbordo de gastos nas áreas de saúde, educação e segurança[2] mantidas pelo Fundo Constitucional do DF, no valor de R$ 2,9 bilhões para o tesouro local, contra R$ 2,6 bilhões despendidos em 2009 e R$ 2,4 bilhões em 2008.

Quanto às despesas previdenciárias, desde o exercício de 2009 o Distrito Federal passou a figurar no ranking dos Entes que estão capitalizando recursos para promover as futuras aposentadorias e pensões a partir da segregação da massa de servidores, de forma que os benefícios daqueles admitidos a partir de 01/01/07 não mais dependam dos recursos do Tesouro, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF. Desta forma, em 2010, pelo segundo ano consecutivo, a unidade orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal-IPREV/DF integrou a Lei Orçamentária Anual/DF como gestor único do RPPS/DF, tendo suas despesas excluídas do somatório dos gastos com pessoal e encargos.

As Outras Despesas Correntes cresceram R$ 83 milhões, no ano de 2010, considerando o volume de despesas executadas com fontes oriundas de superávit financeiro (R$ 391 milhões). Apresentaram, entretanto, retração real de 3,36%, em relação aos gastos de 2009.

As despesas de investimentos apresentaram variação negativa no período (R$1.041 milhões em 2010 e R$1.383 em 2009). Entretanto houve incremento de R$ 41 milhões em relação à meta. Do total investido em 2010, as despesas efetuadas com fontes de recursos contratados por operações de crédito apresentaram o montante de R$ 303 milhões, contra R$ 226 milhões de 2009 e R$ 150 milhões em 2008. As inversões financeiras permaneceram estáveis no último triênio, com média anual de R$120 milhões.

[2] Vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil cedidos para a PMDF e CBMDF e Gratificações instituídas por leis distritais.

Ao final de 2010, o estoque da Dívida Consolidada do Distrito Federal atingiu R$ 2,3 bilhões, sendo R$ 1,9 bilhão (79,42%) de contratos internos e R$ 0,4 milhões (20,58%) de recursos externos. Do montante da Dívida Interna, R$ 1,1 bilhão refere-se à dívida renegociada com o Governo Federal no âmbito da Lei 9.496/97.

A relação anual Dívida/Receita Líquida Real - RLR apresentou-se em 0,25, demonstrando que o GDF vem mantendo o equilíbrio de seu endividamento, desde o refinanciamento de sua dívida com a União em 1999.

Desta forma, a combinação dos desempenhos das receitas e despesas não financeiras do Distrito Federal, em 2010, se traduziu no déficit primário de R$ 111 milhões, consideradas as despesas empenhadas com recursos de superávits financeiros de anos anteriores, conforme abordagem detalhada contida na seção 2.2, que trata da meta nº 2 - Resultado Primário.

2 - EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2010

2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real

DÍVIDA/RLR	2010	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	≤ 1	**0,25**

No exercício de 2010, a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real apresentou o índice de 0,25, bem abaixo da meta do Programa, conforme mostra a Tabela 2.

TABELA 2 - DÍVIDA CONSOLIDADA (R$ milhões)

ITENS	2007	2008	2009	2010
Dívida Financeira	**1.682**	**2.036**	**2.114**	**2.377**
Interna	1.348	1.644	1.741	1.888
Externa	334	392	373	489
Receita Líquida Real	**7.390**	**9.034**	**8.519**	**9.526**
Relação Dívida Consolidada/RLR	**22%**	**22%**	**25%**	**25%**

FONTE: SIGGO

Nota: A partir de 2008 os dados são consolidados (Administração Direta e Indireta).

A manutenção deste indicador ocorreu mesmo com o acréscimo nos estoques da Dívida Interna e Externa, haja vista o crescimento da Receita Líquida Real do Distrito Federal no exercício, aliado à regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF.

O aumento da dívida, no ano passado, foi motivado pelo volume de liberações ocorridas no ano. O crescimento da dívida interna está diretamente relacionado à elevação do IGP-DI no decorrer do ano (+11,30%), sendo este o indexador do contrato de refinanciamento com a União (Lei nº 9.496/97), que representa 68% do estoque desta dívida. Quanto ao credor BNDES, o aumento no estoque foi devido aos desembolsos de um dos contratos que ainda está em fase de liberações. Já os contratos vinculados à CAIXA sofreram pouca variação devido ao pequeno volume de desembolsos e à baixa variação da UPR. No caso da Dívida Externa, ocorreram liberações nos contratos do Programa Transporte Urbano e no Programa de Saneamento Ambiental.

2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO	2010	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	- R$312 milhões	- R$111 milhões

O resultado primário negativo de R$ 111 milhões apurado ao final de 2010, ainda que deficitário, reverteu a trajetória de queda deste indicador nos anos de 2007, 2008 e 2009, que segundo a metodologia do Programa apresentou os valores de R$ 556 milhões, R$ 145 milhões e -R$ 576 milhões, respectivamente. Esta reversão demonstra o compromisso do Distrito Federal com a solvência da sua dívida. Não obstante, o déficit primário foi, ainda, superior à meta programada (R$ 312 milhões negativos).

Este desempenho financeiro e fiscal do Distrito Federal, somado à diferença entre as receitas financeiras e o pagamento dos juros da dívida (R$ 90 milhões), gerou em 2010 uma necessidade de financiamento líquida anual de 21 milhões. O resultado acrescido das fontes de financiamento oriundas de alienação de ativos (R$ 67 milhões) e do ingresso de operações de crédito (R$ 292 milhões), descontado do valor da amortização da dívida (R$ 130 milhões), apresentou, no ano, uma suficiência financeira de R$ 208 milhões, invertendo a deficiência de R$ 330 milhões, apresentada no ano anterior, de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 3 – DETALHAMENTO DOS ATRASOS/DEFICIÊNCIAS (R$ milhões)

ITENS	2007	2008	2009	2010
(A) Resultado Primário	556	145	(576)	(111)
(B) Juros Líquidos	15	(70)	(58)	(90)
(C) Necessidade de Financiamento (B - A)	(541)	(215)	517	21
(D) Amortização da Dívida	90	109	124	130
(E) Fontes de Financiamento	32	157	311	359
(F) Atrasos/Deficiências * (C + D - E)	**(484)**	**(262)**	**330**	**(208)**

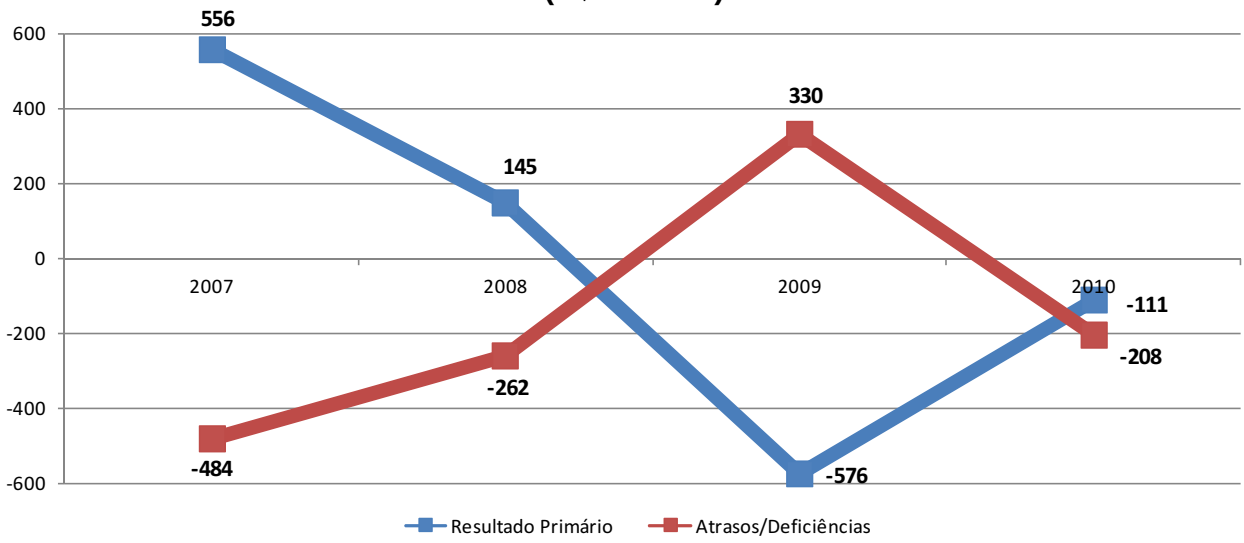
FONTE: SIGGO

Nota: Atrasos/Deficiência: Diferença entre a necessidade de financiamento agregada ao valor da amortização da dívida e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos) .

*Valores negativos: Indicam que a receita líquida anual e as fontes de financiamentos foram mais do que suficientes para honrar as despesas com a dívida do DF.

Da análise do gráfico 1, a seguir, verifica-se a relação da evolução dos resultados primários e dos atrasos/deficiências apresentados no triênio anterior ao exercício de 2010 em análise. Observa-se que, no último ano, a descendência dos resultados primários foi interrompida. A reversão da trajetória dos atrasos/deficiências demonstra que a soma do resultado primário com as fontes de financiamento do GDF foi suficiente para honrar os compromissos financeiros do serviço da dívida e ainda suportar considerável ampliação dos investimentos, que saltaram de R$ 669 milhões em 2007, para R$ 1.041 milhões em 2010.

Gráfico 1: Resultado Primário X Atrasos/Deficiências
(R$ milhões)



Ressalte-se, ainda, que o primário realizado apresentou-se superior em R$ 201 milhões à meta projetada em decorrência, principalmente, do controle exercido sobre as despesas de custeio da administração no decorrer do ano de 2010. Tais gastos apresentaram-se inferiores ao teto de contenção estipulado na meta 5 para Outras Despesas Correntes (R$ 481 milhões a menos).

Ocorre que o montante das despesas não financeiras apresentou-se inferior ao projetado para o ano de 2010 em 382 milhões, sob forte influência da frustração das despesas correntes (R$ 481 milhões), conforme citado no parágrafo anterior, uma vez que as despesas com pessoal e investimento ultrapassaram em R$ 50 milhões e 41 milhões, respectivamente, as projeções do ano.

Observa-se, ainda, da Tabela 3, que pelo terceiro ano consecutivo desde a assinatura do Programa, os juros líquidos (diferença entre a receita financeira e o pagamento dos juros da dívida) apresentaram-se negativos, com resultado de R$ 90 milhões em 2010, o equivalente a 65% destas despesas. A trajetória iniciada em 2008 deve-se ao desempenho favorável das receitas financeiras, que se mantiveram superiores aos valores dos juros da dívida.

A análise do resultado primário ora apresentada, segundo a metodologia de acompanhamento do Programa, contempla as despesas realizadas no ano de 2010 com fontes de superávit financeiro. Estas alcançaram o total de R$ 612 milhões, considerando todos os grupos de despesas, segundo a distribuição apresentada na Tabela 4 abaixo:

TABELA 4 - EMPENHADO COM FONTE DE SUPERÁVIT
(R$ milhões)

GRUPOS DE DESPESA	2010
Pessoal e Encargos Sociais	26
Outras Despesas Correntes	391
Investimentos	187
Inversões Financeiras	4
Amortização da Dívida	4
Total	**612**

FONTE: SIGGO

Da análise do resultado orçamentário do GDF do exercício de 2010, superavitário em R$ 393 milhões (Balanço Geral, página 62), verifica-se a realização de despesas realizadas com recursos oriundos de apuração de superávits financeiros no valor total de R$ 612 milhões (R$ 457 milhões – fontes do Tesouro e R$ 155 milhões de outras fontes), o que configura um resultado orçamentário real superavitário de R$ 1 bilhão.[3]

Desta forma, considerando que R$ 612 milhões dos dispêndios do ano de 2010 foram realizados com recursos resultantes de exercícios anteriores, denominado de superávit financeiro, ao excluirmos este valor das despesas previdenciárias (R$ 88 milhões) e amortização da dívida (R$ 4,2 milhões) do cálculo da despesa quando da avaliação do PAF, o resultado primário do GDF passa a ser da ordem de R$ 409 milhões, conforme consta demonstrado na Tabela 5 seguinte.

[3] Em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 48, 52 e 53) e metodologia de elaboração de Metas Fiscais e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional (Portaria n.º 462, de 05/08/09), o GDF apresentou um **superávit primário real de R$ 640 milhões**, haja vista o acréscimo de R$ 604 milhões de receitas de exercícios anteriores (superávit), no superávit primário de 36 milhões apurados no exercício de 2010.

TABELA 5 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008		2009		2010	
	PAF	PAF Excluídas despesas recursos de superávit	PAF	PAF Excluídas despesas recursos de superávit	PAF	PAF Excluídas despesas recursos de superávit
I - Receita Bruta	**10.017**	**10.017**	**9.845**	**9.845**	**10.703**	**10.703**
Receitas de Transferências	2.506	2.506	2.831	2.831	2.884	2.884
FPE	324	324	312	312	337	337
Outras	2.182	2.182	2.519	2.519	2.548	2.548
Receitas de Arrecadação Própria	7.511	7.511	7.014	7.014	7.819	7.819
ICMS	3.940	3.940	4.133	4.133	4.687	4.687
Outras	3.571	3.571	2.880	2.880	3.132	3.132
II- Despesa com Transf. a Municípios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
III- Receita Líquida (I - II)	**10.017**	**10.017**	**9.845**	**9.845**	**10.703**	**10.703**
IV- Despesa não Financeira	**9.873**	**9.436**	**10.420**	**9.640**	**10.814**	**10.294**
Pessoal	5.203	5.170	4.702	4.583	5.292	5.266
OCC	4.670	4.267	5.719	5.057	5.523	5.028
Investimentos	1.051	890	1.383	1.188	1.041	854
Inversões	126	113	121	106	120	115
Outras Despesas Correntes	3.364	3.135	4.096	3.644	4.179	3.876
Sentenças Judiciais	129	129	119	119	183	183
V - Resultado Primário (III - IV)	**145**	**581**	**(576)**	**205**	**(111)**	**409**

FONTE: SIGGO

Nota: Nos exercícios de 2009 e 2010 foram excluídas as receitas e despesas previdenciárias.

Verifica-se da Tabela 5, que foram excluídos os montantes de despesas com fontes de superávit financeiro nos valores de R$ 436 milhões em 2008, R$ 781 milhões em 2009 e R$ 520 milhões em 2010, o que reverte sobremaneira os déficits apurados no último triênio.

Em relação às despesas inscritas em Restos a Pagar nos últimos três anos, foram cancelados os valores de R$ 137,6 milhões referentes ao exercício de 2008, R$ 219,6 milhões referentes ao ano de 2009, e R$ 22,4 milhões ao ano de 2010, até a data de 24/05/11, restando a pagar a quantia de R$ 288,3 milhões, passíveis de cancelamento até 30/06/11[4]. Ressalte-se que os valores referentes aos cancelamentos de Restos a Pagar não são descontados na apuração dos resultados primários, o que também reverteria sobremaneira os primários computados no triênio, haja vista o volume considerável de cancelamentos destas despesas no período.

[4] Artigo 82 do Decreto nº 32.598, de 15/12/10, que aprovou as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal

DESPESAS PESSOAL/RCL	2010	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	60 %	49,02% *

Nota: * Excluídas as despesas com Inativos e Pensionistas

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais alcançaram ao final de 2010 R$ 5,29 bilhões e representaram 49,02% da Receita Corrente Líquida-RCL anual (R$ 9,66 bilhões). Tal valor, ainda que aquém do limite estabelecido de 60%, foi superior à projeção de comprometimento acordada para o ano de 48,01% da RCL, sem, entretanto, comprometer o atingimento da meta de resultado primário do Programa, haja vista contenção das outras despesas correntes.

Do total gasto com Pessoal foram desconsideradas as despesas com inativos e pensionistas, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF em 2009 (Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008).[5] Entretanto, restaram computadas no Programa apenas as despesas com complementação de aposentadorias de ex-empregados públicos do Distrito Federal (Lei nº 701/94) e com gratificações de representação militar custeadas com recursos do Tesouro, que não compõem o RPPS/DF perfazendo o total de R$ 12,3 milhões.

Os valores dispendidos com inativos, pensionistas e outras despesas para manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPREV/DF excluídas no cômputo da meta totalizaram R$ 1,2 bilhão, no exercício de 2010.

Comparativamente ao exercício de 2009 (R$ 4.702 milhões), as despesas com Pessoal aumentaram 6,58%, em termos reais, em virtude de recomposição salarial dos servidores do Distrito Federal, reembolso da parcela de custeio do benefício alimentação, realinhamento e reestruturação de 09 carreiras e a criação de 04 novas nas áreas de: planejamento e gestão urbana, de fiscalização de atividades de limpeza urbana, de atividades de defesa do consumidor e de apoio à assistência judiciária, bem como pela nomeação de concursados para os diversos segmentos da administração.

[5] Considerando a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF, por meio da Lei Complementar nº 769 de 30/06/2008, as despesas com Inativos e Pensionistas foram classificadas na Lei Orçamentária Anual/2010 no grupo de Outras Despesas Correntes.

As melhorias salariais decorrentes de leis ordinárias específicas publicadas em 2009 e 2010, de autoria do Poder Executivo, geraram impacto financeiro de R$ 465 milhões no exercício de 2010.

Na Lei Orçamentária Anual/2010 foram previstas dotações orçamentárias de R$ 5,8 bilhões para este grupo de despesas, tendo sido gastos R$ 5,7 bilhões, correspondendo a 98% do orçamento aprovado. Entretanto, segundo a metodologia do Programa, os valores empenhados para sentenças judiciais (R$ 177,9 milhões), despesas de exercícios anteriores (R$ 150,3 milhões) e indenizações e restituições trabalhistas (R$ 66,9 milhões) foram excluídos do cômputo das despesas de Pessoal e somados ao grupo de Outras Correntes e de Capital.

Conforme se verifica da Tabela 6, os gastos com pessoal e encargos do Poder Executivo e Legislativo do Distrito Federal se mantiveram, no triênio, com a representatividade média de 86% e 6%, respectivamente. Cabe frisar que no período de 2008 a 2010 foram computadas despesas com fontes de recursos oriundas de superávits financeiros nos valores de R$ 33,2 milhões, R$ 119,5 milhões e 25,8 milhões, respectivamente.

TABELA 6 - DESPESA DE PESSOAL (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008*	2009	2010
Poder Executivo (Adm. Direta)	3.239	3.569	3.959
Poder Executivo (Adm. Indireta)	481	491	559
Poder Legislativo	251	279	305
Inativos e Pensionistas	921	0	12
Outras **	310	363	457
Total	**5.203**	**4.702**	**5.292**

FONTE: SIGGO

Nota: * Inseridas as despesas com inativos e pensionistas.

** Composta por Salário Família, Despesas de Pessoal com Contrato de Terceirização e Ressarcimento de Pessoal Requisitado.

Em consonância com as diretrizes delineadas para recompor o quadro de pessoal dos diversos segmentos do Governo do Distrito Federal, em 2010, foram realizados diversos concursos públicos, bem como efetivadas 10.493 nomeações para provimento de cargos efetivos oriundos dos certames executados no exercício ou em anos anteriores. Este fato representou um impacto financeiro de R$ 197 milhões.

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal/FCDF não integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental-SIGGO e, portanto, não fazem parte do Programa. Entretanto, o aporte de recursos do Tesouro em complemento aos valores do FCDF/DF para custear os salários das áreas de saúde, educação e segurança está considerado no cômputo das despesas de 2010 e contribuíram sobremaneira na expansão das despesas com pessoal. O valor de R$ 2,9 bilhões despendido pelo tesouro local, no ano de 2010, representou um aumento nominal de R$ 314,1 milhões (12,06%) em relação ao valor liberado no exercício de 2009 e R$ 480,0 milhões (19,7%) em relação ao de 2008.

2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	2010	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	R$ 8.034 milhões	R$ 7.819 milhões

As receitas próprias do Distrito Federal atingiram o montante de R$ 7.819 milhões, ao final do exercício de 2010, superando nominalmente em R$ 805 milhões as receitas arrecadadas no ano anterior, com crescimento real de 5,59% e R$ 215 milhões inferiores à meta.

Em relação à meta, o montante de receitas próprias representou 97,3% do valor inicialmente programado para o exercício. A frustração do ingresso dessas receitas, em R$ 215 milhões, representa um desvio mínimo de apenas 2,7% do esperado inicialmente. Conforme elencado na tabela 7, abaixo, as receitas que se apresentaram inferiores ao programado, segundo as categorias, foram as tributárias, de contribuições, patrimoniais, outras correntes e de amortizações de empréstimos.

TABELA 7 - RECEITAS PRÓPRIAS (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010				Diferença (Meta x Realizado)
			META 2010	Realizado até Dez/2010 (A)	Receitas Previdenciárias (B)	Receitas Próprias (A) - (B)	
Tributária	**5.806**	**6.105**	**6.934**	**6.849**		**6.849**	**(85)**
Impostos	5.691	5.991	6.793	6.723		6.723	(69)
ICMS	3.941	3.984	4.580	4.494		4.494	(87)
ISS	675	759	857	856		856	(1)
Imposto Simples	115	150	188	193		193	5
IPTU	339	365	401	400		400	(1)
ITBI	149	172	205	210		210	5
ITCD	26	26	32	33		33	1
IPVA	448	536	529	537		537	8
Taxas	115	114	141	126		126	(16)
Receita de Contribuição	**904**	**106**	**123**	**1.103**	**1.019**	**84**	**(40)**
Patrimonial (excluídas as receitas financeiras)	**78**	**94**	**146**	**136**	**40**	**95**	**(51)**
Agropecuária	**0**	**0**	**0**	**0**		**0**	**0**
Industrial	**3**	**2**	**0**	**3**		**3**	**3**
Serviços (excluídos os serviços financeiros)	**174**	**233**	**294**	**293**		**293**	**(0)**
Dedução da Receita de Vendas e Serviços	**3**	**0**	**0**	**5**		**5**	**5**
Outras Correntes	**532**	**420**	**509**	**673**	**186**	487	**(22)**
Multas/Juros de Mora	185	183	222	226		226	5
Indeniz. Restituições	110	27	28	207	186	20	(7)
Receita da Dívida Ativa	150	94	141	138		138	(3)
Receitas Diversas	86	116	119	102		102	(17)
Receitas de Capital - Amortização de Empréstimos	**17**	**55**	**28**	**13**		**13**	**(15)**
Total	**7.511**	**7.014**	**8.034**	**9.065**	**1.246**	**7.819**	**(215)**

FONTE: SIGGO

2.4.1 - Receitas de Origem Tributária

Em 2010, a receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R$ 6.849 milhões, ficando inferior à prevista em R$ 85 milhões.

Os itens de receita que mais contribuíram para explicar a frustração da receita realizada em relação à prevista foi o saldo negativo dos impostos indiretos, a saber, o ICMS, o ISS e o Simples, como também as taxas. Por outro lado, o saldo dos impostos diretos foi positivo, uma vez que as realizações do IPVA, do ITBI e do ITCD acima da previsão compensaram a frustração do IPTU.

A receita realizada do ICMS foi de R$ 4,5 bilhões, inferior em 87 milhões à prevista no PAF para 2010. Parte desse resultado pode ser explicada pela queda no setor de energia elétrica, relacionada ao Decreto 32.514/2010 que autorizou as empresas distribuidoras de energia a postergarem o pagamento. Os reflexos dessa medida foram observados nos meses de novembro e dezembro, resultando numa perda real de R$ 39 milhões em relação ao realizado em igual período no ano precedente. Além do setor de energia elétrica, outro setor que apresentou perdas acumuladas no ano de 2010 ao compararmos com 2009 foi o de comércio atacadista, provavelmente decorrente da presente situação jurídica do Regime Especial dos Atacadistas – REA, que não permite o ingresso de novos contribuintes no regime, e já vem apresentando queda na arrecadação comparando com o ano precedente.

O ISS arrecadou R$ 857 milhões em 2010, ficando inferior à receita prevista em R$ 702 mil, que representa menos que 0,1% da receita realizada. Portanto, pode-se dizer que a receita realizada do ISS atingiu a prevista em 2010. Este resultado de realização em 2010, que representou um aumento nominal em torno de 10% e real de 5% em relação a 2009, deve-se, principalmente, ao bom desempenho do setor de instituições financeiras e de seguros, cuja arrecadação em 2010 cresceu em torno de 15%, quando comparada a 2009, e representa cerca de 36% da arrecadação total do tributo.

A receita realizada pelo SIMPLES em 2010 foi de R$ 193 milhões, excedendo em R$ 5 milhões a prevista. Esse resultado apesar de estar associado ao incremento de 11,5% do número de contribuintes pagantes do SIMPLES entre dezembro de 2010 e 2009, indica uma subestimação da receita prevista. Diante dessa constatação, o método de previsão que era o de médias móveis foi alterado para o que inclui movimentos de

tendência e sazonalidade da série histórica de arrecadação para programação financeira do ano de 2011.

O IPVA apresentou acréscimo de R$ 8 milhões de arrecadação em 2010 em relação à receita prevista no PAF, em outubro de 2010, o que indica uma subestimação de previsão. Essa subestimação decorreu de uma revisão da projeção do lançamento de veículos novos efetuada em junho de 2010, que reduziu em 46% o tamanho da frota esperada no início do ano, como provável consequência do retorno da cobrança do IPI em 2010. Para 2011, esse lançamento deverá ser revisto.

A arrecadação do IPTU em 2010 foi inferior à previsão em R$ 691 mil, que representa menos que 0,2% da receita realizada. Portanto, pode-se dizer que a receita realizada do IPTU atingiu a prevista em 2010.

O crescimento da arrecadação das taxas em 2010 de 11% em relação a 2009 não foi suficiente para alcançar a previsão para 2010, resultando um déficit de R$ 16 milhões.

2.4.2 – Detalhamento das ações

No tocante às ações propostas para obtenção dos valores programados de receita de arrecadação própria, para o triênio 2009-2011, apresentamos, a seguir, suas realizações.

Em 2010, foram desenvolvidos os seguintes projetos de auditoria, dentre os quais se destacaram:

Projeto "Atacadão"

Objetivos: Realizar diligências em 550 empresas participantes atacadistas, não optantes pelo REA-ICMS, possíveis geradoras de "crédito podres". Os auditores do NUDIL realizaram visitas nos estabelecimentos das empresas, nos sócios e contadores para avaliar o porte e capacidade das mesmas, espaço físico e estoque de mercadorias.

Resultados: Projeto em execução, tendo sido visitadas 450 empresas

Projeto "Crédito Podre" (decorrente do projeto Atacadão)

Objetivos: Cobrar o ICMS de contribuintes que se utilizaram de créditos fictícios nas operações de compra a fim de suprimir o imposto devido na saída de mercadorias.

Resultados: Foram distribuídas 10 empresas para auditoria, tendo sido concluídas 7, com lavratura de auto de infração totalizando um crédito tributário constituído de R$ 3,5 milhões.

Projeto Crédito Simples

Objetivos: Levantar empresa enquadrada no regime normal de apuração com crédito de ICMS de empresa optante do Simples Nacional, cujo valor do imposto fosse superior ao determinado na faixa de faturamento. Como piloto foi incluída em auditoria uma empresa para o verificação do correto aproveitamento de crédito.

Resultados: Em andamento, sem resultados.

Projeto "Zumbi"

Objetivos: Diligenciar empresas baixadas e/ou canceladas, que continuam emitindo notas fiscais e gerando crédito.

Resultados: Foram distribuídas 5 empresas para realização de auditoria, tendo sido concluídas duas, com um valor de crédito tributário constituído de R$ 538 mil.

Projeto "Deleta"

Objetivos: Realizar auditoria em 18 empresas previamente selecionadas visando a comparação entre as notas fiscais do emitente registradas no LFE e as Notas Fiscais Eletrônicas no livro fiscal dos adquirentes. As diferenças detectadas foram provenientes de emissão de nota fiscal calçada e/ou de saída não escriturada.

Resultados: Foram realizadas 9 auditorias sendo constituído um credito tributário de R$ 24,8 milhões.

Projeto Cartão de Crédito/débito

Objetivos: Realizar auditorias em 370 empresas com base nos dados de 2009, tendo sido detectadas diferenças entre os valores declarados e os valores informados pelas administradoras de cartão de crédito/débito. Foram enviados 6.573 comunicados para os contribuintes e 3.432 para os contadores.

Resultados: Concluídas 312 ações e constituídos créditos tributários de R$ 65,1 milhões.

Projeto ECF

Objetivos: Realizar diligências em 2.660 empresas para entrega de auto de infração pela falta de uso do ECF-Equipamento Emissor de Cupom Fiscal

Resultados: Foram autuadas 502 empresas, totalizando um crédito tributário constituído de R$ 948 mil. 1.300 empresas adquiriram o ECF.

Projeto ECF "Full"

Objetivos: Notificar 110 empresas para apresentar a memória fiscal dos últimos 5 anos, para ser feito o cotejamento dos dados: memória fiscal ECF e do LFE-Livro Fiscal Eletrônico.

Resultados: Em andamento, sem resultados.

No tocante a diligências junto a contribuintes, foram executadas as seguintes ações em 2010:

Autos de infração por falta de ECF

Objetivos: Realizar diligências para entrega de autos de infração em contribuintes não possuidores de ECF.

SOIWEB

Objetivos: Realizar diligências para verificação das denúncias recebidas via sistema SOIWEB da Corregedoria Geral do DF.

Pedidos da DOT, MPDFT, TCU, TCDF, CGDF, TJDFT.

Objetivos: Realizar diligências realizadas em contribuintes e não contribuintes a pedido dos referidos órgãos.

Pedido de Verificação Fiscal - PVF

Objetivos: Atender às demandas oriundas dos Fiscos de outras Unidades da Federação, com vistas a verificar a idoneidade de documentos fiscais referentes a operações interestaduais.

Pesquisas de preços em estabelecimentos comerciais

Objetivos: Coletar preços para fixação da base de cálculo de produtos sujeitos à substituição tributária do ICMS, como cervejas, refrigerantes, combustíveis, água mineral.

Condomínios comerciais

Objetivos: Verificar a regularidade cadastral de empresas ou profissionais autônomos estabelecidos em condomínios comerciais, com respectiva lavratura de auto de infração e termo de inscrição de ofício nos casos em que couber.

Quanto à atividade de monitoramento, vale destacar:

Substitutos Tributários do ICMS

Objetivos: Monitorar o comportamento tributário dos contribuintes substitutos tributários do ICMS, no tocante à regularidade da retenção e recolhimento do imposto devido por substituição tributária e, se necessário, realização de auditoria com vistas à constituição do crédito tributário respectivo.

Combustíveis

Objetivos: Verificar a regularidade tributária das operações envolvendo combustíveis no DF, conferindo a exatidão dos anexos apresentados pelas refinarias, distribuidoras e Transportador Revendedor Retalhista – TRR e, se necessário, diligências aos postos revendedores de combustíveis - PRCs, adotando as ações pertinentes.

Regime Especial de Apuração do ICMS – REA

Objetivos: Monitorar o cumprimento das obrigações previstas na legislação que rege o Regime Especial de Apuração do ICMS - REA para indústrias, comércio atacadista e distribuidor, em especial o recolhimento do ICMS, transmissão de informações no LFE e cumprimento de demais obrigações, como o recolhimento aos fundos FUNDAF e FUNGER.

Substitutos tributários do ISS

Objetivos: Orientar e acompanhar os substitutos tributários do ISS relativamente ao cumprimento da legislação tributária, tomando-se como referencial as informações de retenção do ISS fornecidas por órgãos públicos do GDF e da União e empresas públicas e privadas habilitadas como substitutos tributários do imposto.

Shows e Eventos

Objetivos: Acompanhar o comportamento das empresas e promotores autônomos que atuam no segmento de realização de shows e eventos, com vistas à apuração e cobrança do ISS devido por estimativa e, se necessário, constituição do crédito tributário respectivo.

Comunicação e Energia Elétrica

Objetivos: Acompanhar o comportamento tributário das empresas que atuam nos segmentos de comunicação e de energia elétrica, suas operações e verificar a regularidade de seus procedimentos.

Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Objetivos: Proceder à lavratura de Termos de Desenquadramento de Empresas enquadradas no Simples Nacional que apresentam divergências expressivas entre o faturamento informado na DASN - Declaração Anual do Simples Nacional e o informado pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito referentes ao exercício de 2009.

Na fiscalização de mercadorias em trânsito, foram desenvolvidas as seguintes ações em 2010:

Desenvolvimento de estudos para elaboração de proposta de modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito do Distrito Federal

Objetivos:

- Atualizar a sistemática de fiscalização de mercadorias em trânsito, com a intenção de torná-la dinâmica, além de otimizar a mão de obra, através da incorporação de novas tecnologias que vem sendo discutidas no âmbito do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários - ENCAT e também a troca de experiências com o Fisco de outros Estados.

Implantação do auto de infração eletrônico

Objetivos:

- Padronizar e aperfeiçoar a qualidade dos autos de infração buscando a diminuição de erros formais, de forma a minimizar a necessidade de diligências posteriores para correção e eventuais anulação de autos de infração;
- Gerar estatísticas para subsidiar um trabalho de planejamento das ações de fiscalização.

SGF e Registro de Passagem

Objetivos:

- Incorporar novas funcionalidades visando eficiência nas rotinas de trabalho desenvolvidas nos Posto Fiscais;

- Realizar consultas da Nota Fiscal Eletrônica, na base de dados da SEF/DF, via registro de passagem;
- Evitar reutilização e/ou cancelamento do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

Legislação do Passe Fiscal

Objetivos:

- Aumentar a fiscalização de mercadorias que deveriam passar em trânsito pelo DF, mas que são internalizadas no DF, através de mecanismos de controle mais eficientes.

Capacitação, aperfeiçoamento e intercâmbio

Objetivos:

- Promover cursos e seminários por meio de um aperfeiçoamento permanente em assuntos fins à atividade de fiscalização de mercadorias em trânsito.
- Realizar maior intercâmbio com o Fisco de outros Estados objetivando a troca de experiências e informações.

O crédito constituído em 2010 atingiu a cifra de R$ 1,3 bilhão, incluídos os valores do principal dos tributos (ICMS e ISS), multas e juros, sendo R$ 1,1 bilhão de auditorias, diligências e monitoramento e R$ 199 milhões de fiscalização de mercadorias em trânsito.

As medidas adotadas no combate à evasão e à sonegação fiscal durante o exercício de 2010 foram:

1. Cobrança administrativa de todos os créditos tributários lançados em 2010 e débitos inscritos em dívida ativa e não-ajuizados;
2. Aprimoramento do sistema que controla o rito especial;
3. Inscrição em Dívida Ativa;
4. Atualização da pauta de valores dos imóveis para base de cálculo do ITBI/ITCD;
5. Atualização da área construída de diversos imóveis; e
6. Desenvolvimento do sistema de tratamento de dados da Nota Fiscal Eletrônica.

A seguir, os resultados de algumas atividades são apontadas:

TABELA 8 - ATIVIDADES SUREC (R$ milhões)

Atividade	Quantidade	Valor
Cobrança de imposto devido declarado e não pago - Rito Especial	19.433	192
Inscrição em Dívida Ativa	979.541	1.180
Ajuizamento de débitos no cadastro da dívida ativa	444.085	1.195
Cobrança de multa por descumprimento de obrigação acessória	5.254	4
Compensação de débitos com precatórios	66	8

FONTE: SUREC/SEF

Outras medidas adotadas no combate à evasão e à sonegação fiscal em 2010 foram:

1. Adoção de procedimentos contínuos de revisão e atualização da legislação tributária;
2. Propositura de normas relativas a procedimentos que ensejam maior controle por parte da administração tributária, como por exemplo a inclusão de produtos na substituição tributária nacional e na substituição tributária interna e a obrigatoriedade do uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF em feiras e exposições;
3. Disponibilização dos regulamentos do ICMS e do ISS compilados;
4. Alteração dos critérios de distribuição priorizando o julgamento dos processos com data de constituição de crédito mais antiga, para evitar a decadência prevista no art. 149, parágrafo único, do CTN, em caso de revisão de ofício do auto de infração/apreensão;
5. Catalogação e depuração dos quesitos de diligências, dos casos de improcedência e de nulidade dos autos de infração/apreensão para adoção de medidas voltadas junto às áreas responsáveis pelo lançamento, visando evitar a perda de créditos constituídos;
6. Implementação de reuniões com os relatores de processos do contencioso tributário para discutir casos polêmicos objetivando auxiliar as ações de combate à evasão;
7. Controle e cobrança do atendimento das diligências expedidas com objetivo de impedir a decadência prevista no art. 149, parágrafo único, do CTN, em caso de revisão de ofício do auto de infração/apreensão.

8. Auditoria nas entidades sindicais dos trabalhadores, nas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, para manutenção ou não da imunidade constitucional;
9. Realização de vistorias preliminares em imóveis imunes e isentos para verificação da manutenção dos requisitos para fruição do benefício;
10. Realização de vistorias conclusivas em imóveis imunes e isentos indicados com indícios de irregularidade em vistorias preliminares, para fins de manutenção ou cancelamento do benefício tributário;
11. Implementação do sistema BFI – Módulo IPVA, que propiciará melhores condições de controle dos benefícios concedidos no âmbito do IPVA;
12. Registro no sistema SISLEG/Regimes especiais dos incentivos concedidos ao amparo do PRÓ-DF, possibilitando maior controle da fiscalização;
13. Revisão dos regimes especiais concedidos dos exercícios anteriores;
14. Propostas de alteração da legislação tributária oriundas de problemas legislativos detectados quando da análise dos processos de consulta.

De forma quantificada, as ações executadas em 2010 decorrentes das medidas acima descritas são:

- controle e acompanhamento de decisões – 770 ações realizadas, sendo 704 de processos julgados e 66 despachos de diligência expedidos.
- processos especiais – 372 ações realizadas, sendo 221 pareceres e 151 notificações.
- formulação de normas – 136 propostas encaminhadas, com destaque para decretos (62) e portarias (40).
- disseminação de normas – 1.009 ações realizadas, com destaque para disseminação no SISLEGIS (412 ações) e publicações (412 ações).
- esclarecimentos de normas – 47 pareceres emitidos, sendo 44 referentes a processos de consultas (controvertidas ou não).
- benefícios fiscais – 899 ações realizadas, sendo 51 pareceres de concessão, 296 atos declaratórios, 77 despachos de reconhecimento de benefícios e 359 notificações para saneamento de pendências.
- acompanhamento de processos especiais – 12.045 imóveis vistoriados para fruição, manutenção ou cancelamento de benefícios.

A renúncia de receita tributária atingiu R$ 1.151 milhões em 2010, sendo R$ 1.061 milhões referentes a benefícios do ICMS. A renúncia representa 17,3% do total da arrecadação.

TABELA 9 - RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (R$ milhões)

TRIBUTO	RENÚNCIA	ARRECADAÇÃO	REPRESENTATIVIDADE
ICMS	1.061	4.494	24%
ISS	22	856	3%
IPTU	45	400	11%
ITBI	0	210	0%
ITCD	0	33	1%
IPVA	8	537	1%
TLP	2	83	3%
Multas e juros	12	48	24%
Total	**1.151**	**6.662**	**17%**

Fonte: SIGGO para valores arrecadados e Núcleo de Política Fiscal/COPET/SUREC para renúncia.

2.4.3 - Receitas de Origem Não Tributária

Em 2010, as receitas próprias não tributárias mantiveram participação de 12% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal, apresentando crescimento nominal de 7%, em relação ao exercício anterior.

Em relação à meta, estas receitas mantiveram-se aquém em R$ 130 milhões. Esta diferença decorreu, principalmente, de projeção majorada para as receitas patrimoniais (R$ 51 milhões), pelo fato da remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência não terem sido excluídas da meta, e do excesso na arrecadação das receitas previdenciárias no valor de R$ 56 milhões.

Este excesso originou-se da diferença entre a projeção apresentada à época da revisão do Programa (R$ 1.190 milhões) e o efetivo ingresso das receitas (R$ 1.246 milhões). Como a metodologia do Programa deduz as receitas previdenciárias, quanto maior seu valor, menor será o valor das receitas próprias.

Do total do valor das receitas patrimoniais destacam-se os créditos de R$ 49 milhões, R$ 25 milhões e R$ 51 milhões referentes ao recebimento de dividendos do BRB pelo Tesouro distrital, respectivamente nos anos de 2008, 2009 e 2010.

Do montante total das receitas de Serviços, em 2010, destacam-se R$ 93 milhões arrecadados com Serviços de Transportes (R$ 94 milhões em 2009 e R$ 58 milhões em 2008) e R$ 157 milhões advindos das receitas com Serviços de Trânsito[6] (R$ 122 milhões e R$ 98 milhões).

[6] Valores que ingressaram em 2010 referentes a Serviços de Trânsito: R$ 31 milhões com Taxa de Veículos, R$ 28 milhões com Taxa de Condutores, R$ 3 milhões Taxa de Depósito de Veículos, R$ 45 milhões de Taxa de Licenciamento e Cadastramento e R$ 13 milhões com Serviços de Vistoria de Veículos.

2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

Com respeito aos compromissos previstos no Programa de Ajuste Fiscal para 2010, o Governo do Distrito Federal promoveu as seguintes ações:

- Realizou dispêndios com "Outras Despesas Correntes" que apresentou o índice de 43,87% em relação à Receita Líquida Real-RLR do exercício, abaixo dos 48,23% da RLR definido na meta. A contenção das despesas de custeio na ordem de 481 milhões, em relação ao previsto, representou 10% do projetado para o ano e possibilitou o cumprimento da meta nº 2 – Resultado Primário.

- Encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional-STN, até o dia 31 de maio de 2010, o relatório de execução do PAF relativo ao exercício de 2010;

- Manteve atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis-SISTN, junto a Caixa Econômica Federal de acordo com as normas estabelecidas pela STN;

- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento do Programa, na Diretoria Geral de Dívidas, Avais e Haveres por meio do Núcleo de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal vinculado à Gerência da Dívida Pública e Ajuste Fiscal, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 27.782, de 15/03/07, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal);

- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento das Empresas Dependentes do Distrito Federal por meio do Núcleo de Acompanhamento da Administração Indireta vinculado à Gerência de Avais e Haveres, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 27.782, de 15/03/07, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal).

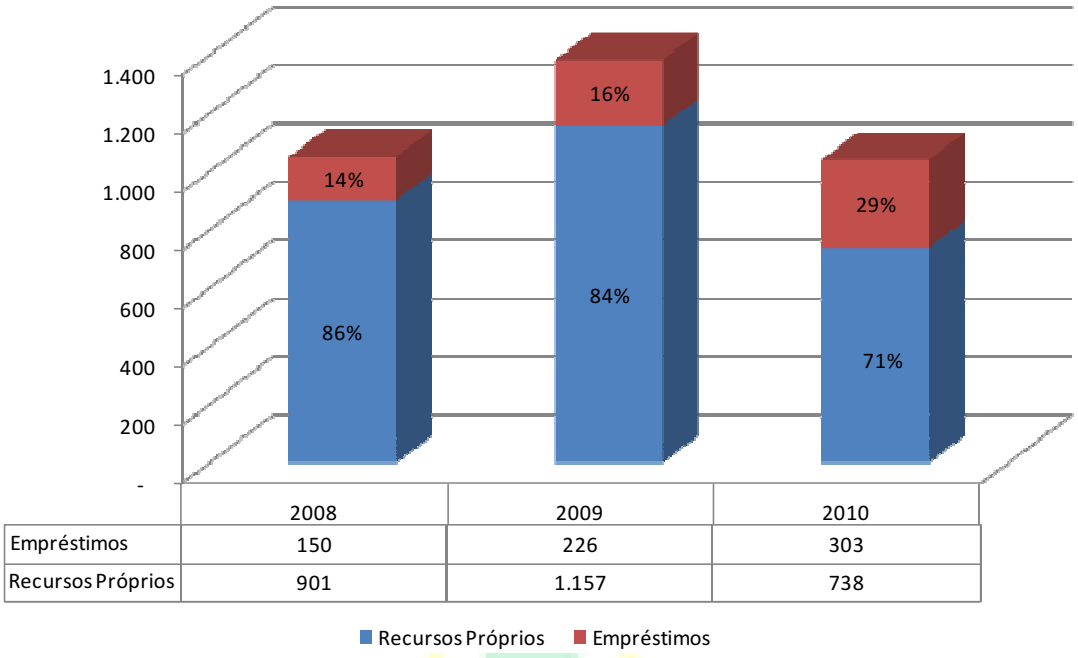
2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real

INVESTIMENTO/RLR	2010	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	11,52%	12,19%

Os investimentos e as inversões financeiras do Governo do Distrito Federal, em 2010, totalizaram R$ 1,16 bilhão, mantendo a relação Investimento e Inversões/RLR em 12,19%, acima dos 11,52% inicialmente programados em R$ 47,56 milhões.

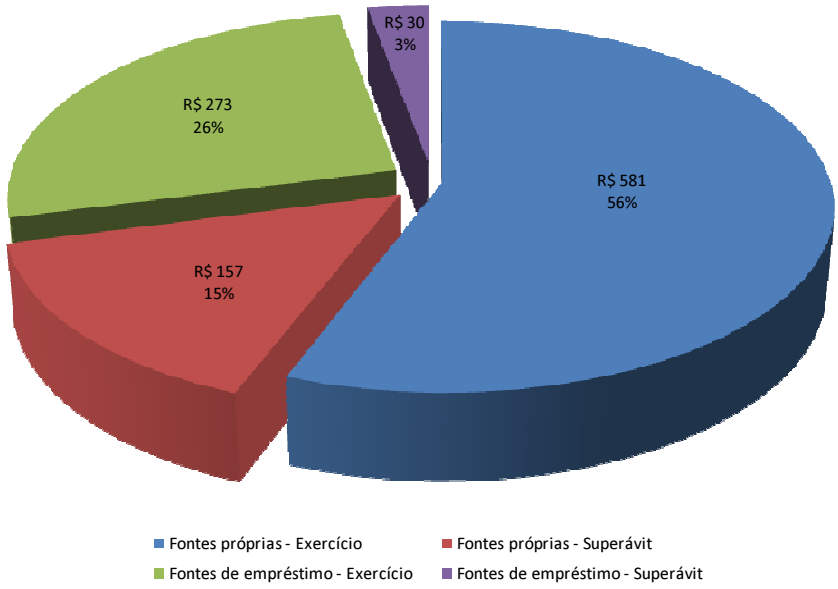
As despesas com investimentos somaram R$ 1,04 bilhão em 2010, R$ 1,38 bilhão em 2009 e R$ 1,05 bilhão em 2008, valores que corresponderam a 11,6%, 16,2% e 10,9% da RLR nos respectivos exercícios. O gráfico 2, abaixo, detalha a origem dos recursos investidos durante o período de 2008 a 2010, demonstrando o crescimento das fontes de empréstimos.

Gráfico 2: Investimento por fonte
(R$ milhões)



Especificamente quanto ao exercício de 2010, do total de R$ 738 milhões investidos com recursos próprios, R$ 157 milhões foram empenhados com recursos provenientes de superávit. Dos recursos de empréstimos, o montante empenhado com recursos de superávit totalizou R$ 30 milhões, conforme detalhado no gráfico 3.

Gráfico 3: Detalhamento das fontes de investimento - 2010
(R$ milhões)



Destacamos que, em 2010, o GDF deu prosseguimento aos projetos iniciados em anos anteriores e concluiu diversas obras. A seguir estão as principais realizações do exercício:

- construção do edifício sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- implantação da torre de TV digital;
- ampliação do sistema de iluminação pública no Distrito Federal;
- revitalização do planetário de Brasília;
- execução de obras de urbanização no Distrito Federal;
- complementação das obras de urbanização do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA;
- implantação de vias e obras complementares de urbanização no Distrito Federal;
- execução de obras de urbanização em área de desenvolvimento econômico em Samambaia;
- execução de obras de urbanização no bairro Jardim Botânico;

- início da reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha (Copa 2014);
- construção do bloco materno-infantil do Hospital Regional de Sobradinho;
- melhoria das estruturas físicas das unidades da SES - reforma do HBDF;
- desenvolvimento dos programas nacionais de segurança pública;
- implantação do sistema de corredores de transporte coletivo do Distrito Federal;
- implantação de via de ligação Ceilândia-Samambaia;
- duplicação e restauração BR-020 trecho Planaltina/Divisa GO;
- duplicação BR-060 trecho DF-001 a divisa DF/GO;
- construção de terceira faixa, acostamento e melhorias da BR-450, do balão do Torto à DF-051/Estrada Parque Guará;
- recuperação e melhoramento das rodovias do Distrito Federal;
- pavimentação vias marginais e restauração DF-051 trecho DF-003/DF-047;
- duplicação/restauração DF-079 - trecho viaduto metrô até à DF-075;
- duplicação da DF-150 Colorado – Fercal;
- implantação do Metrô Leve - Aeroporto - W3;
- implementação da linha 1 do metrô;
- execução de obras e serviços de infra-estrutura e urbanização de interesse social.

As receitas de operações de crédito que financiaram as despesas com investimentos totalizaram R$ 292 milhões, sendo R$ 125,5 milhões de financiamentos internos e R$ 166,5 milhões externos, alcançando 85% dos recursos previstos pelo GDF na revisão do Programa.

As despesas com inversões financeiras foram compostas basicamente da continuidade de empréstimos, mediante apoio financeiro e concessão de benefícios creditícios às indústrias de diversos segmentos, por meio de programas de incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE, para promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal no montante de R$ 110 milhões, bem como voltados para a geração de emprego e renda no DF que totalizaram, no ano, o valor de R$ 5,8 milhões.

3 - PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2011 A 2013

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 4.499, de 27/08/10), base legal para orientar a elaboração e execução do orçamento do Governo do Distrito Federal, para o exercício de 2011, estabeleceu metas relativas às receitas, despesas, resultados primário, nominal e montante da dívida pública, conforme previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), para o triênio 2011 a 2013 nos seguintes montantes:

TABELA 10 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2011		2012		2013	
	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes
Receitas Primárias	13.860	13.214	15.390	14.040	16.505	14.409
Despesas Primárias	14.219	13.556	15.334	13.989	16.012	13.979
Resultado Primário	(359)	(342)	56	51	493	430
Resultado Nominal	(564)	(537)	(172)	(157)	265	231
Dívida Pública Consolidada	4.568	4.355	4.751	4.334	4.478	3.910

FONTE: SIGGO

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual-LOA/2011 (Lei nº 4.533/10, de 30/12/10), a Receita Orçamentária do Distrito Federal para 2011 foi estimada em R$ 16,1 bilhões, sendo R$ 13,4 bilhões recursos do Tesouro e R$ 2,7 bilhões de Outras Fontes de Recursos, com a fixação da despesa orçada no mesmo valor e Resultado Primário deficitário em R$ 519 milhões.

TABELA 11 - RECEITAS LEI ORÇAMENTÁRIA - TODAS AS FONTES (R$milhões)

DISCRIMINAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Receitas Correntes	**13.700**	**2.025**	**15.725**
Receita Tributária	10.256	0	10.256
Receita De Contribuições	133	1.225	1.358
Receita Patrimonial	157	61	218
Receita Agropecuária	0	0	0
Receita Industrial	3	0	3
Receita de Serviços	28	350	378
Transferências Correntes	2.829	1	2.830
Outras Receitas Correntes	293	388	682
Receitas de Capital	**1.101**	**560**	**1.661**
Operações de Crédito	889	1	890
Alienação de Bens	0	38	38
Amortizações	14	0	15
Transferências de Capital	198	520	718
Receitas Intra-Orçamentárias	**9**	**153**	**162**
Dedução das Transferências Correntes (FUNDEB)	**-1.430**	**0**	**-1.430**
Total	**13.380**	**2.738**	**16.118**

Fonte: Lei nº 4.533/2010 (LOA/2011).

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2011 a 2013 consistem em:

a) base de cálculo

As projeções de receitas tributárias para o período de 2011 a 2013 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, sendo os mesmos contemplados como metas na Projeção para o exercício de 2011 e seguintes.

No que tange as demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores orçados na LOA do exercício de 2011, utilizando-se os índices de inflação (IGP-DI) e do crescimento real, PIB. Excluem-se dessa premissa as receitas de operações de crédito e as despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida, em conformidade com os processos de contratação de crédito, instante em que é observado o equilíbrio fiscal mesmo apontando para um resultado primário negativo pelo critério da metodologia do Programa.

b) hipóteses macroeconômicas

Considera-se o PIB e o IPCA como sendo as principais variáveis para explicar o crescimento real das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências, acompanham o ritmo das atividades econômicas.

Assim, para os exercícios de 2011 a 2013, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 4,44%, 4,49% e 4,70%, respectivamente.

As taxas de inflação (IPCA) consideradas para o período foram de 4,89%, 4,51% e 4,49%, respectivamente, conforme pesquisa no site do Banco Central do Brasil.

Com relação à rubrica Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), foi considerada, para efeito dos cálculos das projeções, a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) da ordem de 3%.

A estimativa das despesas para o exercício de 2011 foi programada no mesmo valor das receitas, e seguem detalhadas, segundo as categorias, na tabela 12:

TABELA 12 - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (R$ milhões)

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Despesas Correntes	**9.940**	**1.889**	**11.829**
Pessoal e Encargos Sociais	5.544	101	5.646
Juros e Encargos da Dívida	197	1	198
Outras Despesas Correntes	4.198	1.787	5.985
Despesas de Capital	**2.297**	**601**	**2.898**
Investimentos	1.944	589	2.533
Inversões Financeiras	191	0	191
Amortização da Dívida	163	12	175
Reserva de Contingência	**1.144**	**248**	**1.391**
Total	**13.380**	**2.738**	**16.118**

Fonte: Lei nº 4.533/2010 (LOA/2011).

A base para a projeção das despesas leva em consideração as variáveis estipuladas para as receitas, sendo que para a rubrica “Pessoal e Encargos” adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual), 3% para os Poderes Executivo e Legislativo e autorizações específicas para aumento de despesas de pessoal, tais como criação de cargos, reajuste geral para servidor e nomeações decorrentes de concurso público.

Para as despesas correntes, foram consideradas as necessidades mínimas individuais de cada órgão, levando-se em conta, ainda, as estimativas para investimentos, buscando-se com essa medida reduzir custeio para ampliar investimentos.

Importante ressaltar que a despesa de pessoal a partir de janeiro de 2009 tende a reduzir no montante de recursos destinados ao custeio de inativos e pensionistas, pois, como o controle, a arrecadação, as aplicações financeiras e os pagamentos passaram a ser efetuados pelo Instituto de Previdência Social do Servidor do Distrito Federal – IPREV-DF, a contabilidade é diferenciada, na forma do Manual de Contabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, combinado à Portaria Conjunta SOF/STN nº 03, de 14.10.2008, inclusive com Reserva Própria do RPPS, para pagamentos futuros.

Com base nos valores das receitas e despesas aprovadas na LOA/2011, os limites anuais e mensais da programação financeira para 2011 foram contingenciados, nos grupos de outras despesas correntes e de investimentos, em R$ 1,5 bilhão[7]. Este contingenciamento balizou-se na aprovação superestimada em R$ 1,050 bilhão para as receitas constantes da LOA/2011, decorrente da não concordância do Poder Legislativo

[7] Portaria Conjunta SEF/SEPLAG nº 2, de 27 de janeiro de 2011, publicada no DODF nº 22, p. 27- 40, de 28 de janeiro de 2011.

com os valores apresentados, à época, para a renúncia de receita do ICMS. Tal ação implicou em um resultado primário no valor de R$ 75 milhões, que corresponde a um déficit primário de R$ 113 milhões pela metodologia do Programa.

As ações previstas para comporem as metas de arrecadação própria para o triênio 2011-2013 encontram-se detalhadas a seguir:

- Meta de constituição de crédito tributário por meio de autos de infração no montante de R$ 1,2 bilhão;
- Implantar avaliação de produtividade em relação a metas estabelecidas;
- Elaborar manual de procedimentos para atividades de apoio à fiscalização tributária;
- Promover intercâmbio entre as fiscalizações tributárias do Distrito Federal e das demais unidades da federação, objetivando comparar as diversas atuações para subsidiar a programação fiscal;
- Disseminar a utilização de aplicativos para cruzamento de dados para o desenvolvimento das ações de auditoria e monitoramento;
- Atualizar a forma de trabalho da fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Subsidiar auditorias com informações advindas do uso de cartões de débito/crédito;
- Revisar e atualizar a legislação relativa aos impostos sobre patrimônio de competência do Distrito Federal;
- Aperfeiçoar a gestão dos processos de julgamento do contencioso tributário.
- Dar seguimento à realização de vistorias em imóveis não tributáveis para verificação dos requisitos que amparam a imunidade ou a isenção;
- Revisar regimes especiais concedidos em exercícios anteriores;
- Harmonizar o cadastro imobiliário da Secretaria de Fazenda com os cadastros imobiliários de outros órgãos da Administração Pública do Distrito Federal;
- Desenvolver sistema eletrônico de declaração para o ITBI e o ITCD;
- Desenvolver sistema de georreferenciamento;
- Revisão de procedimentos de avaliação de imóveis;
- Implantar sistema de conhecimento de transporte de cargas eletrônico;
- Desenvolver o Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital – SPED;
- Implantar o Cadastro Sincronizado no Distrito Federal;
- Desenvolver parceria com a Junta Comercial do Distrito Federal para diminuição do tempo de constituição das empresas;
- Desenvolver parceria com agentes arrecadadores para cobrança administrativa de débitos inscritos em Dívida Ativa e depuração de cadastros;

- Elaborar e implantar procedimento de uso do sistema de inteligência fiscal;
- Monitorar o impacto dos benefícios fiscais na arrecadação tributária do DF;
- Elevar a presença da fiscalização tributária, aumentando a percepção de risco ao contribuinte;
- Otimizar os procedimentos de cobrança e recuperação do crédito tributário;
- Otimizar a dinâmica e consistência dos cadastros fiscais;
- Modernizar sistemática de elaboração da pauta de valores venais do IPTU e do IPVA; e
- Modernizar o processo administrativo fiscal.

Com base nesses dados, para o triênio 2011 a 2013, o Governo tem como compromisso dar prosseguimento às obras já iniciadas, principalmente no sistema viário, e em relação à Copa do Mundo de 2014, tem o desafio de preparar nossa cidade para sediá-la. Além disso, pretende desenvolver, com recursos de operações de crédito contratadas e a contratar, os seguintes projetos:

- Aquisição Material Rodante – VLT;
- Brasília Segurança Integrada;
- Construção Estádio Nacional;
- Drenagem e Pavimentação Pôr do Sol e Parte Sol Nascente;
- Programa Transporte Urbano Etapa II;
- Sistema de Abastecimento de Água do Lago Paranoá;
- Túnel de Taguatinga;
- Brasília Sustentável II;
- Infraestrutura e Saneamento Básico da Área de Expansão Urbana no Distrito Federal;
- Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO;
- BNDES Estados (Complementação Fontes VLP Eixo Sul);
- Implantação do Trecho 1 do Sistema VLT e Ampliação da Rodovia DF-047;
- Extensão do Metrô Central – HRAN;
- Implantação do Sistema de Transporte Coletivo Eixo Sul;
- Projeto de Metrô Leve W3 Sul;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;
- Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana - Águas do Distrito Federal;
- Programa de Modernização da Gestão Pública do DF (SWAPP);

- Programa Brasília Sustentável – Saneamento Ambiental e Gestão Territorial;
- Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal;
- Programa de Transportes Urbanos do Distrito Federal;
- Aquisição de Equipamentos e Trens do Metrô;
- Implantação do Sistema de Abastecimento e de Esgotamento de Águas Lindas;
- Implantação do Sistema de Produção de Água do Corumbá Sul 1 e 2;
- Infra-Estrutura e Saneamento Básico - Pró Moradia;
- Pro-Moradia II – Arapoanga;
- Pro-Moradia II - Mestre D´Armas; e
- Pro-Moradia II - Sol Nascente.

Concomitantemente, honrará as despesas obrigatórias, incluído o custeio de áreas prioritárias como saúde e educação, bem como o cumprimento integral da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONCLUSÃO

O relatório conclui que o Governo do Distrito Federal em 2010 atingiu com folga a meta da **Relação Dívida/Receita Líquida Real** (0,25 da RLR); apresentou **Resultado Primário** deficitário de R$ 111 milhões superior à meta de –R$ 312 milhões (incluídas no cômputo do primário as despesas executadas com recursos de superávit, que, expurgadas, revertem o resultado primário para R$ 409 milhões superavitários, consoante demonstrado na seção 2.2 do relatório); manteve suas **Despesas com Pessoal/Receita Corrente Líquida-RCL** em 49,02% aquém da relação de 60% da RCL acordado na meta (excluídas as despesas de inativos e pensionistas); arrecadou como **Receitas Próprias** o montante de R$ 7.819 milhões, valor inferior ao projetado de R$ 8.034 milhões (justificativas apresentadas na seção 2.4 do relatório); realizou as ações compromissadas na meta de **Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos**, apresentando, inclusive, indicador das Outras Despesas Correntes/Receita Líquida Real em 43,87%, limitado pela meta em 48,23% da RLR; e superou a meta **Relação dos Investimentos/Receita Líquida Real** em apenas R$ 47,56 milhões (limitada em 11,52% e realização de 12,19%).

Considerando que o Distrito Federal manteve a situação de equilíbrio fiscal, o controle de seu endividamento com ampliação dos investimentos e a relação da dívida financeira em 25% de sua Receita Líquida Real nos últimos dois anos, contra 22% em 2008 (bem abaixo da exigência legal e atualmente uma das mais baixas do país), as justificativas expostas constituem fundamentos relevantes para que as metas nº 4 – Receitas Próprias (seção 2.4 do relatório) e nº 6 – Investimentos e Inversões/Receita Líquida Real (seção 2.6 do relatório) sejam consideradas adimplentes.

O Governo do Distrito Federal definirá, em momento oportuno, o interesse em revisar o Programa em vigor, visto que a revisão é facultativa neste segundo ano de execução.

Em decorrência do relatado neste documento e no aguardo da visita da Missão Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional, no período de 20 e 21 de junho de 2011, o Governo do Distrito Federal coloca-se à disposição para esclarecimentos que, por ventura, sejam necessários.

IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES

Brasília, de maio de 2011.

Secretário de Estado de Fazenda:

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

Assinatura: _____

Brasília, de maio de 2011.

Subsecretário do Tesouro:

PAULO SANTOS DE CARVALHO

Assinatura: _____

Responsável pela elaboração e consolidação dos dados e informações:

Gerente da Dívida Pública e Ajuste Fiscal da Diretoria Geral de Dívidas, Avais e Haveres da Subsecretaria do Tesouro/SEF:

CLÁUDIA AZEVEDO CÔRTES

Assinatura: _____

Telefone de contato: 3312-5828